

Predestinação, superioridade e expansão: A revista *National Geographic* como reflexo do Destino Manifesto (1888, 1897, 1899 e 1908)

Predestination, superiority and expansion: The *National Geographic Magazine* as a reflection of the Manifest Destiny (1888, 1897, 1899 e 1908)

Maria Helena Bandiera de Souza

Resumo

O presente trabalho tem como proposta identificar como a revista *National Geographic* expressou em suas páginas a Predestinação do anglo-saxonismo, a expansão do país e o Destino Manifesto, tendo como plano de fundo o racismo científico e prevalência de uns em detrimento de outros. Para isso, foram selecionados quatro artigos dos anos iniciais da revista (1888, 1897, 1899 e 1908) a fim de localizar como os pontos abordados aparecem na *National Geographic* do final do século XIX e início do XX. O aporte teórico mobilizado utilizou do “Imperialismo cultural” de Edward Said; biopolítica e guerra de raças de Michel Foucault. Por fim, o esforço da pesquisa foi evidenciar como a revista *National Geographic* amalgamou, em seus artigos, um ideal de Predestinação, sangue puro e expansionismo.

PALAVRAS-CHAVE: *National Geographic*; Racismo científico; Destino Manifesto, Expansionismo; Predestinação.

Abstract

The present work aims to identify how *National Geographic* expressed ideas of Anglo-Saxon Predestination, national expansion, and Manifest Destiny in its early publications, framed by scientific racism and notions of superiority over others. To examine this, four articles from the magazine’s formative years (1888, 1897, 1899 and 1908) were analyzed to identify how these themes emerged in *National Geographic* at the turn of the 19th to the 20th century. The research draws on Edward Said’s concept of “Cultural Imperialism” and Michel Foucault’s theories of biopolitics and race war. Ultimately, the study argues that *National Geographic* wove into its articles an ideal of predestination, racial purity, and expansionism.

KEYWORDS: *National Geographic*; Scientific racism; Manifest Destiny; Expansionism; Predestination.

Introdução

“Em 4 de julho de 1776, o alvorecer de uma nova era iluminou o horizonte da humanidade” (McGee, 1899, p. 186-206).¹ É desta maneira que W. J. McGee, vice-presidente da *Revista National Geographic*, inicia o artigo *National Growth and National Character* (“Crescimento Nacional e Caráter Nacional”). Ele assevera que, a partir da Independência das Treze Colônias, a humanidade passaria a ter um antes e um depois, marcado pelo alvorecer de uma nova era em um solo predestinado. De acordo com o historiador Reginald Horsman (1981, p. 84-85), o sucesso da Revolução Americana possibilitou para o “povo americano” um sinal poderoso de que a **Providência** os destinou a grandes atos. Um portador deste destino dos americanos foi a *Revista National Geographic*, publicada pela primeira vez na cidade de Washington, DC, em outubro de 1888.

A revista *National Geographic Society*, originalmente uma publicação de história natural, surge inicialmente em um momento no qual as sociedades científicas proliferavam pelos EUA e a geografia passava por mudanças crescentes. Philip J. Pauly (1979, p. 517-532) atesta que, por volta de 1880, os grupos de pesquisa existentes estavam gradativamente se afastando de um estudo amador – mas isso não se aplicava totalmente às sociedades geográficas do país como, por exemplo, a *The American Geographical Society (AGS)*. Em funcionamento desde 1852, ela promovia financiamento permanente e base para pesquisas geográficas; entretanto, ela era regida por “amadores de idade avançada”.²

Nesse momento, o campo de estudo passava por um período crítico, dado que áreas técnicas da geografia foram trabalhadas em diferentes departamentos, como geologia, antropologia e economia. Por esse motivo, as sociedades não eram levadas em consideração, por tratarem de assuntos geográficos de uma maneira considerada leviana. Tendo isso em conta, a revista foi fundada em meio a uma querela da geografia por John Wesley Powell

¹ No original “On July 4. 1776, the dawn of a new era brightened humanity 's horizon”. Tradução livre.

² O emprego de “amadores de idade avançada” foi utilizado pelo autor do artigo.



(membro da *Geological Survey*), W. J McGee, Henry Gannett e outros geógrafos, em contraposição aos “amadores” da AGS. Ela aglutinou os pesquisadores da área em sua sociedade, dado que os departamentos de geografia no país eram deficientes, ao mesmo tempo em que essas agremiações departamentais eram requisitadas com urgência pela agenda expansionista do Estado (Pauly, 1979, p. 519-520). Dado isso, havia homens que trabalhavam para a revista ao mesmo tempo em que testemunharam e financiaram o projeto político econômico expansionista do país (Schulten, 2000, p. 5-29).

Visto isso, era por meio da publicação que uma *national consciousness*, ou “consciência nacional”, era fortalecida (Pauly, 1979, p. 521). Como Susan Schulten (2000, p. 7) afirma, “neste caso, a Sociedade de Geografia atuou simultaneamente como um órgão da ciência e da política na virada do século, o que sugere que o empreendimento geográfico era conectado com os interesses nacionais”. Ou seja, uma relação simbiótica era forjada entre Estado e a revista.³

Nesse sentido, Edward Said, em *Cultura e Imperialismo*, tece o papel fundamental da Geografia para o projeto imperial:

Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas e imagens e representações (Said, 2011, p. 40).

À vista disso, Said (2011, p. 58) exemplifica a imanência da geografia como um grande campo de batalha, no qual não há espaço para a imparcialidade de qualquer indivíduo, sendo eles participantes ativos ou não dentro de seus conflitos. Nessa perspectiva, a revista *National Geographic* é um grande exemplo. Ela atua, não por meio de soldados e canhões, como Said atesta, mas, por imagens e textos, representa a imagética e o léxico do imperialismo. Assim, ela cria uma experiência imperial multifacetada. Um exemplo disso é a fala do segundo presidente da revista, Alexander Graham Bell

³No original: “in this respect the Society acted simultaneously as an organ of science and politics at the turn of the century, which suggests that the scientific enterprise of geography was itself bound up with national concerns”. Tradução livre.

(*apud* Pauly, 1979, p.523), que afirma que “O mundo e tudo que está nele é o nosso tema”.⁴ Isto é, seu papel seria mapear tudo o que poderia ser tema de interesse no que consta a visão do “Outro”, mas principalmente deles mesmos. Isso demonstra uma projeção imperial, reflexo da expansão contínua, administração, investimentos e compromissos efetivos (Said, 2011, p. 25). E é esse projeto que está em análise nesse artigo.

Independência e Providência: uma relação entrelaçada pela identidade Anglo-Saxã

Retomando a frase de W. J. McGee no início da nossa exposição, é notável a relação de causa e consequência entre o processo de Independência e a Providência dos estadunidenses e, por conseguinte, dos próprios Estados Unidos. Isto posto, é um tanto difícil abordar o processo revolucionário sem antes abordar o trajeto da caracterização dita “Anglo-Saxã” ainda nos séculos XVI e XVII, como ela criou raízes na América colonial e, também, como uma concepção religiosa tornou-se expressivamente racial. Dessa maneira, os ingleses que se assentaram na América no início do século XVII trouxeram consigo heranças religiosas e históricas da Inglaterra; contavam com um mito religioso bem delineado de uma pura igreja Inglesa e Anglo-Saxã (Horsman, 1981, p. 9). De acordo com Horsman, o primeiro interesse inglês em tal denominação provém da Reforma Inglesa, quando o rei Henrique VIII rompeu com a Igreja Católica Romana e fundou a Anglicana em 1534. Com esse afastamento, a Igreja Inglesa estaria retornando a suas práticas puras de antes de 1066 e expurgando toda a corrupção da igreja romana (Horsman, 1981, p. 9-10).

Com essa agenda, uma outra narrativa entrou em foco: as tribos germânicas como a verdadeira origem dos ingleses. Richard Verstegen, escritor da época, baseado em *Germania*, de Tácito, escreveu sobre o passado

⁴ No original: “The world and all that ‘s in it is our theme”. Tradução livre.



germânico e anglo-saxão da Inglaterra. Segundo o autor, a língua germânica resultou na inglesa, além de asseverar que os germanos, tal qual os ingleses, constituíam uma raça corajosa e, acima de tudo, puras. Essa percepção racial tornou-se algo comum no século XIX, mas incomum para a época (Horsman, 1981, p. 11). No século XVII, um mito ainda mais poderoso foi incorporado ao caráter anglo-saxão: o seu livre governo. Isso se acentuou com a Revolução Gloriosa de 1688 e as próprias mudanças dentro do Parlamento.

Esse pano de fundo influenciou diretamente os colonos no que viriam a ser os Estados Unidos da América. O fluxo de leituras era constante pelo Atlântico no período pré-Revolução, incluindo obras como o *Germania* de Tácito, *O Espírito das Leis* do Barão de Montesquieu, *Histoire d'Angleterre* de Paul de Rapin Thoyras e *História da Inglaterra* de Catharine Macaulay (Horsman, 1981, p. 16-17). Isso demonstra que os colonos utilizaram essas leituras para formular a nova América a partir da Declaração de Independência. Os chamados “Pais Fundadores”, como Benjamin Franklin, George Washington e Thomas Jefferson, por exemplo, eram leitores assíduos de tais obras. Nesse sentido, como Leandro Karnal (Karnal, 2007, p. 82) afirma, a Independência das Treze Colônias toma forma não como uma resposta nacionalista, mas como um sentimento anti-britânico. Contudo, não era uma simples repulsa aos britânicos em si, de quem acreditavam ser irmãos anglo-saxões, mas a relação colonial entre um e outro.

Além disso, como afirma Horsman, os “Americanos estavam abandonando sua fidelidade pelo que eles acreditavam ser corrupto, um sistema injusto, não desonrando sua ancestralidade, e era possível admirar os Ingleses enquanto se odeia o governo britânico” (Horsman, 1981, p. 81)⁵. No dia 2 de julho de 1776, o Conselho da Filadélfia, depois de diversos encontros, reúne-se para efetivamente formalizar a separação das Treze Colônias da Inglaterra. Dois dias depois, em quatro de julho, a Carta de Independência é promulgada (Karnal,

⁵ No original: “Americans were throwing off their allegiance to what they perceived to be a corrupt, unjust system, not disavowing their ancestry, and it was possible to admire the English while hating the British government”. Tradução livre.

2007, p. 87). É importante destacar que o resultado final da carta é fruto dessa herança anglo-saxônica, pertencente a um povo escolhido para carregar a tocha da humanidade.

Aqui há uma mudança da influência Iluminista para o Romantismo. Enquanto o primeiro, em tese, baseava-se na igualdade, liberdade e fraternidade para todos, o outro é o oposto, visto que preza pela unicidade, não pelo universalismo. Isso inevitavelmente deu margem para o fortalecimento do racismo, e da imagem do sujeito Anglo-Saxão como uma entidade superior, portadora da liberdade. No capítulo *Aryans Follow the Sun* (“Arianos seguem o Sol”), o historiador Horsman destaca o papel do Romantismo Alemão com a ideia do “espírito da nação”, *Volksgeist*, para os EUA, que eventualmente fariam nação, raça e linguagem cônjuges de um nacionalismo racial. Assim,

Fichte, Schleiermacher, e eventualmente Hegel exaltaram o Estado, a linguagem, e o povo Alemão e ajudaram a destruir a visão do século XVIII da humanidade como uma. A exaltação do estado como um instrumento de poder divino, mesmo inicialmente era para estimular o crescimento da nação alemã, caiu de maneira receptiva nos ouvidos da Inglaterra e dos Estados Unidos (Horsman *apud* Meinecke, 1981, p. 27, tradução livre).⁶

Dessa forma, a fim de exemplificar tais diferenças, uma nova busca surgiu: o berço do povo indo-europeu. É de bom tom ressaltar que se trata de uma hipótese a origem linguística indo-europeia, aceita amplamente nos estudos da linguística histórica. Entretanto, na época aqui em foco, os filologistas consideravam que a raça humana originou-se na região entre o Indo e o Ganges, assim, (denominando-os, portanto, indo-europeus), que teriam saído das montanhas da Ásia Central em direção ao oeste, levando consigo civilização, heroísmo, liberdade e os impérios — marcadores de distinção e superioridade instrumentalizados no período (Horsman, 1981, p. 32-33). Esse conceito fora

⁶No original: “Fichte, Schleiermacher, and eventually Hegel exalted the state, the language, and the German people and helped destroy the eighteenth-century vision of mankind as one. The exaltation of the state as an instrument of divine purpose, although intended primarily to stimulate the growth of a German nation, fell on receptive ears in England and the United States”.



adotado primeiro pelos alemães, depois pelos ingleses e, finalmente, pelos estadunidenses. Como afirma Benedict Anderson em seu clássico livro *Comunidade Imaginadas*, uma nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (Anderson, 2008, p. 32). Ou seja, aqui essas nações foram imaginadas por meio do componente racial que, por consequência, criou um senso de soberania que seria, acima de tudo, excludente.

Com isso em mente, é possível abordar melhor o sentido de “Predestinação”. A América estadunidense, dentro dessa perspectiva, é o destino final da civilização em seu estágio mais alto ao sair das montanhas da Ásia Menor, passando gradativamente por Grécia, Roma, Inglaterra e, por último, pelo outro lado do Atlântico, no coração do Novo Mundo, os Estados Unidos da América (Horsman, 1981, p. 83). De acordo com Horsman, o progresso iluminista possibilitou que o território em sua totalidade fosse alvo do melhoramento por meio da expansão e destino geográfico. No que consta a esse último elemento, ao domar o Oeste, assim como indo-europeus fizeram num passado mais remoto, seria possível fabricar uma nova sociedade e novas instituições, em que nada lembram as do Velho Mundo: pelo contrário, forjaram o estabelecimento de uma nova ordem (Horsman, 1981, p. 84). Além disso, a partir de valores definidos durante a Independência, como a proteção dos direitos naturais do homem, resultariam em tamanha prosperidade. Dessa forma, essa condição foi relacionada diretamente com os dons concedidos pela Providência (Horsman, 1981, p. 85). Como afirmou John Quincy Adams em uma carta destinada a seu pai,

“O continente inteiro da América do Norte”, ele escreveu para seu pai, “parece estar destinado pela Providência Divina para ser povoado por uma nação, que fala uma única língua, professa um sistema religioso e princípios políticos, e acostumado com teor geral de usos sociais e costumes. Para a comum felicidade de todos, para sua paz e prosperidade, eu acredito que é indispensável que eles devam associar-se sob uma União Federal” (Horsman *apud* Bernis, 1981, p. 87, tradução livre).⁷

⁷No original: “The whole continent of North America,” he wrote to his father, “appears to be

Esse trecho levanta dois pontos: a necessidade de unir-se sob uma nação em prol do expansionismo e assimilacionismo, e a regeneração dos povos dominados, algo que mudaria próximo da metade do século, isto é, a guerra de raças e o extermínio. Essa parte será explorada na próxima seção, com foco no racismo científico e o expansionismo, em consonância com o povo Anglo-Saxão e sua Providência.

Racismo científico encontra solo fértil nos Estados Unidos

No tópico anterior foi abordado como os Estados Unidos a partir da ideia de um povo predestinado, o anglo-saxão, seria responsável por levar a civilização e progresso para outros povos. Entretanto, o ser anglo-saxão como um ser superior aos outros ganharia corpo com o auxílio do racismo científico. Nessa seção o objetivo não é determinar o que é raça (visto o amplo debate sobre o assunto), mas como esse termo foi utilizado para moldar e justificar o extermínio de uns em detrimento de outros. É possível remontar o uso de raça nos primeiros estudos de biologização dos seres humanos ainda nos séculos XVII e XVIII. Alguns dos homens das letras desse tempo fundaram os princípios do que viria a se tornar racismo científico consolidado no século XIX.

À vista disso, Thierry Hoquet (2014, p. 17-32), no capítulo *Biologization of Race and Racialization of the Human: Bernier, Buffon, Linnaeus*, mostra como o conceito de raça está atrelado ao desenvolvimento da abordagem naturalista. François Bernier (1625-1688), de acordo com historiadores como Léon Poliakov e Colin Kidd, foi o primeiro a opor monogenismo – a crença de que todos descendem de uma ancestralidade em comum – e o poligenismo – os indivíduos são distintos e provêm de diferentes genealogias –, contrapondo, assim, a visão bíblica de Adão e Eva como pais da toda a prole existente (Hoquet, 2014, p. 19).

destined by Divine Providence to be peopled by one nation, speaking one language, professing one general system of religious and political principles, and accustomed to one general tenor of social usages and customs. For the common happiness of them all, for their peace and prosperity, I believe it is indispensable that they should be associated in one federal Union”.



Entretanto, apesar disso, Bernier não reconhecia que fenótipos foram pontos decisivos de classificação das “espécies”, como ele as denominava.

Georges-Louis Leclerc de Buffon (1707-1788), por outro lado, não possuía uma clara definição de “raça”, mas há uma perceptível influência dos fatores geográficos nas variedades humanas – logo, o termo se refere a uma degeneração causada pelo clima nos indivíduos de outros lugares do mundo em relação ao par original, localizado nas zonas temperadas. Entretanto, esses fatores não são essencialistas e irreversíveis (Hoquet, 2014, p. 22-24). Carl Linnaeus (1707-1778), por outro lado, introduz a primeira taxonomia humana, assim classificando os humanos em quatro categorias os brancos *Europeus* (albesc.), os vermelhos *Americanus* (rubesc.) os escuros *Asiaticus* (fuscus) e os negros *Afer* (nigr), além de pela primeira vez atrelar características morais a cada um deles (Hoquet, 2014, pp. 25-28).

Algo a destacar nesse contexto é a emergência da craniologia e craniometria com a antropologia da diferença, tendo seus maiores expoentes com Petrus Camper (1722-89) e Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840). O primeiro foi responsável por criar o “ângulo facial”, na qual comparou a fisionomia de animais e humanos, com os brancos sendo o mais próximo à perfeição e os negros o oposto. O naturalista germânico não difere muito do anterior; porém, agrega outros fatores de análise, como crânios, cabelo, cor e estrutura corporal. Nisso ele exaltou a beleza caucasiana por seu crânio (Horsman, 1981, p. 55).

O ponto de virada, no debate racial, foi Julien-Joseph Virey, que aproveitou do vazio deixado por seus predecessores e adicionou algo que mudaria o racismo científico a partir daquele momento: a moralidade ser atrelada ao tamanho do crânio. A partir dessa exposição, é possível notar a mudança gradativa e cumulativa por parte desses em estudos em relação à raça, visto isso, começa com diferença de espécies para clima, posteriormente degeneração e, por último, a craniometria e a moralidade atrelados ao inferior. Com isso, eles romperam com a visão Iluminista de que os povos eram passíveis de melhoramento; afinal, com o rompimento entre teologia e ciência, abriu-se

uma oportunidade para classificar e demonstrar as diferenças humanas (Horsman, 1981, p. 46).

Mas como essas teorias encontram solo fértil no Novo Mundo? Levando em consideração que as teorias raciais foram criadas na Europa, é nos Estados Unidos que elas são endossadas e aplicadas efetivamente, principalmente para fundamentar a identidade Anglo-Saxã. A frenologia, nesse sentido, foi um artifício importante para essa consolidação. Com ela, era possível avaliar as diferenças não apenas de cabeças e crânios, mas de seres vivos por meio dos “temperamentos”: sanguíneo, bilioso, nervoso e linfático (Horsman, 1981, p. 57).

Uma personalidade importante para a disseminação da frenologia nos EUA foi o escocês George Combe, atestando que a condição mental era determinante, não o clima ou o terreno. Dessa maneira, a ideia de que os Anglo-Saxões possuiriam a perfeita organização cerebral e por isso seriam superiores aos outros povos foi endossada por tal ciência (Horsman, 1981, p. 57). Além disso, as teorias raciais foram endossadas por outros teóricos estadunidenses, como Dr. Charles Caldwell, que defendia que a raça não poderia ser alterada pelo clima e que houve diferentes Criações, uma vez que não era possível que brancos e negros tivessem a mesma origem (Horsman, 1981, p. 119-120). Outro foi o frenologista George Calvert, que enfatizava que um pequeno cérebro não poderia manifestar uma mente poderosa, mesmo por meio da educação. Este cérebro seria deficitário e atrasado por conta da parte superior e inferior do crânio serem supostamente comprimidas. Além dos dois, há outros, como Thomas R. Dew, Samuel George Morton, Dr. Josiah C. Nott e Agassiz; todos eles possuem a poligenia e a defesa da inferioridade de outros povos que não fossem caucasianos em comum, por meio de seus estudos craniométricos e frenológicos (Horsman, 1981, p. 122).

Como Horsman (1981, p. 98) atesta, “Linnaeus e Blumenbach eram mais parte do pensamento Americano do que eram do Europeu”. Por esse motivo, a virada do século XVIII para o XIX foi marcada pela mudança da visão Iluminista de melhoramento ilimitado para a imanência racial (Horsman, 1981, p.



98). No momento pré-Revolução assim como no pós, a primeira inconsistência surgiu: como defender a escravidão em uma nação que prega a liberdade? A solução encontrada foi demonstrar que a culpa da escravização estava nos negros e não nos brancos (Horsman, 1981, p. 100). Ou seja, era inevitável a superioridade do primeiro e inferioridade do outro, essa que o implicava nesta condição. Thomas Jefferson, um dos “Pais Fundadores”, acreditava que os negros eram impossíveis de melhoramento. A ideia de que os negros eram essencialmente diferentes se enraíza nos EUA desde o século XVII, uma vez que, com a grande presença de escravizados e o desdém destinado a eles pelos brancos, os americanos tornaram-se extremamente receptivos das teorias raciais (Horsman, 1981, p. 102). Nesse sentido, os negros eram vistos como um efeito colateral comprovado pelas teorias; os indígenas, por outro lado, passaram por um processo de dominação diferente.

Os indígenas eram, então, a peça mais importante para a expansão para o Oeste:

[...] o Índigena Americano era de maior relevância para o desenvolvimento da ideologia expansionista americana. Se os Americanos eram um povo predestinado, destinado a regenerar as outras pessoas do mundo, logo, os Índigenas Americanos tornaram-se o primeiro teste. Eles ocupavam a terra na qual Jefferson pretendia transformar em um império da liberdade (Horsman, 1981, p. 103, tradução livre).⁸

O espírito Iluminista dos primeiros colonos tinha admiração pela vida simples, assim como ódio pela violência dos “selvagens” (Horsman, 1981, p. 103). Eles acreditavam que os indígenas acolheriam sem resistência alguma Deus e a civilização que estava sendo ofertada a eles. Entretanto, eles resistiram e a desilusão tomou o lugar da esperança civilizadora. Com essa realidade, os indígenas passaram a ser vistos como impedimentos da civilização. Contudo, ainda havia a predominância do “bom selvagem” do Iluminismo; almas a serem

⁸No original: “[...]the American Indian was of more direct relevance for the development of an ideology of American expansion. If the Americans were a providential people destined to regenerate the other peoples of the world, then the American Indians became the first test. They occupied the land which Jefferson intended to transform into an empire for liberty”.

salvas por meio da adoção da propriedade privada, da agricultura do homem branco, a aprendizagem das mulheres em tecer, além da introdução da educação cristã (Horsman, 1981, p. 104-107). Isso, como Foucault observa em *Vigiar e Punir*, é sobre os corpos dóceis e disciplina.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (Foucault, 1998, p. 164).

Logo, o que os governantes iluministas da época, como Jefferson, visualizavam nos indígenas eram corpos dóceis a serem gestados pela disciplina civilizadora em prol de uma nação. Todavia, com o avanço dos expansionistas para o Oeste, os indígenas eram um empecilho nas fronteiras das terras. Assim de “bom selvagem” passaram para “bestas” (Horsman, 1981, p. 114). De qualquer maneira, é com esse contexto que o expansionismo estadunidense e o Destino Manifesto entram em cena. Afinal, ambos são simbióticos e são frutos diretos dos temas tratados até então, isto é, a Predestinação anglo-saxã e o racismo científico, ambos peças da engrenagem do expansionismo estadunidense.

Expansionismo e Destino Manifesto

“Os Estados Unidos deveriam carregar a civilização pela espada” (Horsman, 1981, p. 166).⁹ É dessa maneira que Horsman sumariza a relação intrínseca entre guerra e expansionismo. William Gilmore Simms, novelista e

⁹ No original: “The United States was to carry civilization by the sword”. Tradução livre.



editor, publicou antes da Guerra do México, um poema em que atestou o destino dos americanos marcado pelo sangue anglo-saxão (Horsman, 1981, p. 166). Assim, também catalisou em suas declarações que a guerra é o maior elemento da civilização moderna, assim como o destino dos norte-americanos é a conquista (Horsman, 1981, p. 167). A guerra, no caso, era contra os nativos americanos e suas resistências ao projeto civilizatório. Alexis de Tocqueville, em sua obra *Democracia na América* (1835, p. 384), reiterou que “Os indígenas da América do Norte não consideram o trabalho apenas um mal, mas também uma desonra, e seu orgulho contra a civilização quase tão obstinadamente quanto sua preguiça”. Entretanto, o ministro francês de assuntos estrangeiros também acreditava na boa índole dos americanos em direção aos nativos:

A conduta dos americanos dos Estados Unidos em relação aos indígenas é impregnada do mais puro amor pelas formas e pela legalidade. Contanto que os índios permaneçam em estado selvagem, os americanos não se metem em absoluto em seus assuntos e os tratam como povos independentes; não se permitem ocupar as terras deles sem as ter devidamente adquirido por meio de um contrato; e se, por acaso, uma nação indígena não consegue mais viver em seu território, eles a tomam fraternalmente pela mão e a levam, eles mesmos, para morrer fora do país de seus pais (Tocqueville, 2005, p. 393).

É perceptível com essa declaração que essa benevolência era algo que eles acreditavam como sua Predestinação, mas não que ela de fato existiu. O que se passou foi uma verdadeira guerra de raças, conforme a visão do “bom selvagem” desaparecia e dava lugar ao apenas “selvagem” a ser dizimado.

Com isso em mente, quase todos os territórios que foram apropriados tiveram como resultado a eliminação dos nativos americanos, de norte a sul e de leste a oeste. Todavia, ao mesmo tempo em que os americanos da América jacksoniana queriam sucesso pessoal e riquezas, eles desejavam uma consciência limpa. A Guerra do México foi a catalisadora da discussão feita até o momento. Conforme Horsman (1981, p. 167), por volta do início da guerra, os Estados Unidos tinham colocado os mexicanos como inferiores, assim como os indígenas, logo, enquanto os expansionistas eram originários como os mais puros Anglo-Saxões, os caucasianos; por outro lado, os mexicanos bloquearam a expansão para o sul e eram caracterizados como uma raça adulterada pela

miscigenação indígena. Foi no início de 1840 que o político democrata John L. O'Sullivan, ao editar a revista *Democratic Review*, cunhou a frase “Destino Manifesto” para se referir à anexação do Texas. Ele criticou a tentativa de intervenção de outras nações no processo natural de expansão dos EUA, que por sinal, seria uma Providência Divina (Horsman, 1981, p. 219). Além disso, algo que determinou a expansão foi que a presença de outros iria arruinar a sociedade criada nos EUA (Horsman, 1981, p. 231), calcada pelo anglo-saxonismo, o puro sangue a sobrevivência dos mais aptos.

Dessa forma, a Guerra do México estabeleceu o tom da política expansionista, seja por poder colonial ou infiltração econômica (Horsman, 1981, p. 247). Assim, “O governo da república Americana não era um governo para todas as raças e todas as cores – o federalismo tem seus limites. Mesmo assim, os americanos estavam determinados a praticar integralmente a modelação do futuro econômico não apenas para o continente americano, mas para todo o mundo” (Horsman, 1981, p. 247).¹⁰

Tendo em vista a exposição realizada até então, a seção seguinte é destinada para analisar artigos específicos das seguintes revistas: Vol. I - nº 1, de 1888; Vol.VIII - nº 6, de 1897; Vol.X - nº 6, de 1899 e XIX - nº 2, de 1908. A escolha dos respectivos artigos e volumes foi influenciada pela mudança de objetivo ao longo da pesquisa e das leituras realizadas. Inicialmente buscava-se investigar como diferentes povos e etnias não europeus eram retratados pelo periódico, para isso foram separados volumes e artigos que tinham como objeto outros povos não europeus ou estadunidenses, todavia, por serem distantes entre si, muito variados e com um recorte temporal breve, uma adequação temática foi necessária.

Nesse momento já haviam sido realizadas leituras acerca do racismo científico e sobre a Providência estadunidense, dessa maneira, o corpus anterior ao invés de abordar como a revista retrata outros povos, optou-se por focar no

¹⁰No original: “The American republican government was not a government for all races and all colors- federalism had its limits. Yet Americans were determined to participate fully in shaping the economic future not only of the American continents but also of the world”. Tradução livre.



discurso imperial estadunidense, esse embebido pelo conhecimento adquirido até então. Nesse sentido, o propósito não é necessariamente abordá-las de maneira cronológica, com uma sequência de posicionamentos, mas localizar como as teorias expostas anteriormente aparecem na *National Geographic* do final do século XIX e início do XX.

Predestinação, superioridade e expansão na *National Geographic*

O Vol.X - nº6, de 1899 da *Revista National Geographic*, em especial o artigo *National Growth and National Character* (“Crescimento Nacional e Caráter Nacional”), citado no início do artigo, é o fio condutor e ponto de intersecção das discussões presentes nos outros textos, como determinismo geográfico e eugenia. À vista disso, W. J. McGee — além de vice-presidente da revista, foi um importante geólogo do período assim como um membro da AGS — após iniciar sua discussão com o novo horizonte da humanidade proporcionado pela Independência das Treze Colônias, continua:

Agora, de alguma maneira sangue enriquece sangue e cultura fortalece culturas de maneira tão eficaz que, em tempos passados, têm sido pessoas de sangue misturado e cultura conjunta que dominaram o continente e o mundo; e a Europa foi o primeiro grande teatro (assim como a América o segundo) para esses obscuros, porém potentes fatores no desenvolvimento humano (McGee, 1899, p. 186, tradução livre).¹¹

Esse trecho suscita três pontos válidos de destaque: a mistura de sangue atrelado à pureza; a Europa como o berço da civilização e América como seu par e, por último, a franqueza em admitir que tais fatores são “obscuros”, porém necessários. O primeiro, por sua vez, exemplifica algo que foi discutido ao longo da exposição, isto é, da imponência e pureza dos Anglo-Saxões que provêm do sangue, mas não de qualquer mistura, apenas dos melhores. Isso possibilita o

¹¹ No original: “Now, in some ways blood enriches blood and culture fortifies cultures so effectively that, in old ages, it has been the people of blended blood and commingled culture who have dominated the continents and the world; and Europe was the first great theater (as America is the second) for these obscure but potent factors in human development”.

fortalecimento do segundo ponto: a predestinação que rememora o rumo da civilização sempre ao Oeste, em destino ao Sol, e a seu destino final, a América. Por fim, é interessante notar que há uma certa sinceridade na negatividade de tais pontos; entretanto, é o destino dos anglo-saxões e sintomático de sua Providência. Edward Said (2011, p. 43), em *Cultura e Imperialismo*, atesta que tais falas são possíveis por conta de um vocabulário da cultura imperial, o que possibilita

Dizer de maneira quase tautológica, que esse sujeito escreve porque *pode* escrever é se referir não só à sociedade doméstica, mas ao mundo circundante. A capacidade de representar, retratar, caracterizar e figurar não está simplesmente à disposição de qualquer membro de qualquer sociedade; além disso, o “o que” e o “como” na representação das “coisas”, mesmo admitindo uma considerável liberdade individual, são circunscritos e socialmente regulados (Said, 2011, p. 143).

Isto é, a linguagem desumanizadora e degradante direcionada a outros em detrimento da pureza anglo-saxã é apenas viável por conta da autoridade imperial, e como ela que beira o transcendental, pode utilizar de tal léxico. Além disso, a linguagem tem um poder singular de distinção, como afirma McGee “(...) por volta do mundo a providência das pessoas pode ser medida (como outras coisas igualmente) pela eficiência de suas linguagens” (McGee, 1899, p. 188).¹² Com esse pronunciamento, ele segue,

O fator linguístico combinado com outros em prol de fortalecer o britânico, assim, a Britânia começou uma colonização com uma herança incomparável de excelência humana. O vigor dos Vikings, a coragem dos Celtas, a nobreza dos Normandos, a energia dos Anglos, a incisividade dos Saxões, a ousadia dos dinamarqueses, a galanteria dos gauleses, a liberdade dos francos, o espírito errante dos primeiros romanos, até mesmo o estoicismo dos Espartanos, chegaram a ele por meio do sangue de senhores e damas de centenas de gerações, ou chegaram até ele através de séculos de comércio intelectual. Os Britânicos daqueles dias, se destacaram pela proeminência de corpos e barões, o modelo de excelência humana; por sua soberba linhagem (fizeram o Anglo-Saxão uma figura por meio da linguagem) que invocou as excelências de mil tribos e centenas de nações, concentradas ao longo de incontáveis

¹² No original: “...throughout the world the providence of peoples may be measured (other things equal) by the efficiency of their languages;”.



séculos. Eu fui dessa linhagem prepotente e singular, que os colonos americanos se espalharam (McGee, 1899, p. 188, tradução livre).¹³

Esse trecho é uma amálgama de todos os povos que são julgados como indo-europeus. Logo, aqui há um acúmulo de uma possível ancestralidade para desembocar no povo estadunidense. Além disso, o redator faz questão de se fazer parte dessa linhagem. É interessante notar como há o uso das palavras “centenas” e “séculos”, o que gera uma noção de ancestralidade intocada, que, de tão longínqua, é difícil rastrear alguma verdade aos moldes das “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson. Ainda nessa seção do texto do vice-presidente da revista, há um reforço de que esse passado acumulado foi levado pelos primeiros colonos do que viriam a ser os Estados Unidos da América. Dessa maneira, “eles eram homens e mulheres escolhidos, propulsionados pelo espírito aventureiro de corpo e mente por meio da hereditariedade, para uma atividade vigorosa” (McGee, 1899, p. 188),¹⁴ e que por meio do seu voo migratório, conseguiram espalhar-se pelo território e agir em nome da Providência (McGee, 1899, p. 188-189).

Assim, eles não eram representantes de uma nação, porque não havia uma: eles eram simplesmente homens fortes unidos por um impulso comum em direção a liberdade e igualdade. Nenhum outro homem ligado a pátria amada por sangue e osso seriam colocados a severo teste de força moral, nenhum homem fraco teria arriscado a chance fatal, nenhum homem anterior na história do mundo possuiu uma profunda confiança física e moral requerida para conscientemente abandonar lições de história, para deliberadamente derrubar convenções estabelecidas, e calmamente enfrentar a necessidade de erigir uma nova teoria nacional

¹³ No original: “The linguistic factor combined with others in giving strength to the Briton, and the Britain began colonization with an unparalleled heritage of human excellence. The vigor of the Viking, the courage of the Celt, the nobility of the Norman, the energy of the Angle, the incisiveness of the Saxon, the dauntlessness of the Dane, the gallantry of the Gaul, the freedom of the Frank, the rovingness of the early Roman, even the stoicism of the Spartan, had come down to him through the blood of sires and dames of a hundred generation, or had grown up him through centuries of intellectual commerce. The Briton of that day stood forth preeminent in perfection of body and barons, the paragon of human excellence; for his superb stock (made Anglo-Saxon by a figure of speech only) summed the excellencies of thousand tribes and hundred nations, concentrated through uncounted centuries. I was from this singularly prepotent stock that the American colonists sprang”.

¹⁴ No original: “they were picked men and women, impelled to adventure of body and mind through hereditary aptitude for vigorous activity”. Tradução livre.

em um novo plano de pensamento (McGee, 1899, p. 190, tradução livre)¹⁵.

Aqui, é descrito o que propulsionou o processo revolucionário: criar uma nova nação, fundamentada em “um novo plano de pensamento”, apenas possível pelo puro sangue, moralidade e mente afiadas do anglo-saxão. A partir disso, delimitou-se que não havia limites para um povo livre do jugo monárquico: ele era o próprio governante, que poderia triunfar de acordo com suas próprias demandas (McGee, 1899, p. 191). Com isso em mente, “Conforme os anos tornaram-se décadas, a sabedoria dos colonizadores virou manifesto” (McGee, 1899, p. 192). Com cinquenta e nove anos separando John L. O’Sullivan, que cunhou o termo “Destino Manifesto”, e McGee, nesta edição da revista, a ligação entre eles não poderia ser mais evidente. O editor, antes de abordar a expansão faz um adendo sobre a categorização dos estágios de evolução, sendo eles em ordem crescente: selvageria, barbarismo, civilização e, por último, o Esclarecimento. De acordo com ele, o primeiro é caracterizado pela matrilinearidade; o segundo, pelo desenvolvimento do patriarcado; o outro, pelo surgimento do feudalismo, da monarquia e do imperialismo e, por fim, a liberdade em seu estágio mais puro (McGee, 1899, p. 193). Ele atesta isso com um arsenal racial científico que remonta desde Linnaeus a Blumenbach, em que “os registros da história e a observação de várias pessoas, mostram que esses estágios surgem em uma certa ordem na qual pode ser conectado com o desenvolvimento intelectual” (McGee, 1899, p. 193).

Aqui é possível fazer uma conexão com o artigo *The effects of geographic environment in the development of civilization in primitive men* (“Os efeitos do ambiente geográfico no desenvolvimento da civilização nos homens primitivos”) no volume VIII - nº6, de 1897. Gardiner G. Hubbard, o então

¹⁵No original: “They were not representatives of a nation, for there was no nation: they were simply strong men forced together by a common impulse toward freedom and equality. No other men bound to fatherland by blood and bone were ever put to so severe a test of moral strength no weaker men would have risked the fatal chance no earlier men in the history of the world possessed the profound physical and moral confidence required to consciously cast aside the lessons of history, to deliberately overthrow established conventions, and to calmly face the necessity of erecting a new national theory on a new plane of thought ”.



presidente da revista, afirma que “De fato, é deveras marcado o efeito do ambiente geográfico em qualquer povo primitivo que, dado o local circundante, o geógrafo pode determinar o caráter, religião e hábitos de vida daquele povo” (Hubbard, 1897, p. 162).¹⁶ Logo, há claramente um poder em circunscrever certos indivíduos em categorias especulativas. Enquanto uns pertencem à imanência, outros à permanência eterna. Bell também postula que o homem civilizado não é determinado por seu ambiente. Pelo contrário, ele o domina, enquanto o outro, é escravo dos seus arredores (Hubbard, 1897, p. 176).

Dessa forma, voltando ao tema da expansão, há algo nos seguintes trechos do texto que não foi abordado anteriormente, mas que é uma parte inerente do avanço civilizatório. Não era apenas qualquer povo que estivesse no caminho que era dizimado; a natureza também o era. Analisando a aquisição do Oregon e da Louisiana, “Eles avançaram sobre as planícies, substituíram búfalos, cervos e antílopes por gado, ovelhas e porcos; derrubaram as florestas e começaram a desenvolver a maior indústria madeireira do mundo; eles quebraram o solo virgem, convertendo os acres sem lucro em campos férteis e inaugurando uma época mundial da agricultura” (Hubbard, 1897, p. 198).¹⁷ Como afirma Alfred W. Crosby (2000, p. 9), o imperialismo também foi biológico e ecológico, ou seja, a natureza não chegava a ser um empecilho para o progresso, dado que ela não existia para esse plano, além de ser uma fonte de matéria prima.

No que consta à expansão e sua relação com o caráter nacional, McGee expressa:

A difícil batalha travada no Texas, foi uma expressão tanto nacional quanto pessoal do caráter nacional, ainda assim os eventos foram refletidos em um milhão de mentes com tamanho efeito inspiracional para levantar os Americanos para um novo ponto de vantagem em sua

¹⁶No original: “Indeed, so marked is the effect of geographic environment on any primitive people that, given the environment, the geographer can determine the character, religion, and habits of life of that people”. Tradução livre.

¹⁷No original: “They pushed over the plains, replacing buffalo and deer and antelope with kine and sheep and swine, they felled forests, and began the development of the world’s greatest lumbering industry; they broke the virgin soil, converting the profitless acres into fertile fields and inaugurating a world-epoch of agriculture”. Tradução livre.

batalha pela conquista sobre o material e o moral. Sem a Declaração, não haveria a aquisição trans-*Apalachiana* do território; sem a conquista não haveria União, sem Constituição, sem a Louisiana. Sem a Louisiana e o Oregon não haveria América, no senso em que nós e outros empregamos o termo; a admissão do Texas na União, embora dilatatório, foi nada mais nada menos que *uma expressão do destino manifesto* que acompanha o esclarecimento onde quer que a liberdade da humanidade brilhe (McGee, 1899, p. 200, tradução livre).¹⁸

Esse trecho sumariza tudo o que foi exposto até o momento. O “caráter nacional” é o que provê a identidade dos Estados Unidos em sua totalidade, e isso é sinônimo de expansão e guerra, por vez, racial. Além disso, a expansão territorial que compreendeu os locais citados no trecho, possibilitou, por consequência, uma devastação natural em prol de uma anexação.

Michel Foucault discorre sobre a guerra de raças, essa sintomática da modernidade. Por volta do século XVIII, a ideia de “raça” começou a trocar de categoria anatômica, antes disso era uma questão de linguagem, hábitos e religião (Taylor, 2011, p. 746 - 756). Com a virada deste século, a raça seria biológica e moral e, por consequência, os inferiores deveriam ser dominados pelos superiores racialmente, não belicosamente (Taylor, 2011, p. 750). Dessa forma, o discurso de guerra racial como Foucault denomina, provêm de um instrumento biopolítico – o trabalho do biológico pelas tecnologias de poder – em prol da normalização do discurso, que justifica a exclusão e morte dos anormais e inimigos do estado (Taylor, 2011, p. 752). Logo,

A partir daí, seguindo de uma forma privilegiada esse segundo ramo - a transcrição na biologia - eu tentarei mostrar todo o desenvolvimento de um racismo biológico-social, com a ideia – que é absolutamente nova e que vai fazer o discurso funcionar de modo muito diferente - de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela

¹⁸No original: “The hard fought liberation of Texas was an expression of personal and national character, yet the events were reflected in a million minds with such inspiring effect as to raise Americans to a new vantage-point in their struggle for conquest over the material and moral. Without the Declaration there would have been no trans-*Appalachian* acquisition of territory; without the conquest there would have been no Union, no Constitution, no Louisiana; without Louisiana and Oregon there would have been no America, in the sense in which we and others employ the term; and the admission of Texas into the Union, albeit dilatory, was **but an expression of that manifest destiny** which attends the spread enlightenment wheresoever liberty’s luminary shines”.



que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; e o desdobramento de uma Única e mesma raça em urna super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado. Em resumo, o avesso é a parte de baixo da raça que aparece nela (Foucault, 1999, p. 72).

É nesse contexto que a eugenia entra em cena, pois há, como Foucault aponta, uma recriação permanente no tecido social por meio, nesse caso, de táticas de dominação provenientes do racismo científico. No volume XIX - nº 2, de 1908, artigo *A Few Thoughts Concerning Eugenics* (“Alguns pensamentos que concernem a Eugenia”), Alexander Graham Bell remete seu artigo para a *American Breeders Association* por conta de sua reunião anual. De acordo com Bell (1908, pp. 119 -123), o tema é de importância transcendental e um objeto querido de seu interesse, ele aborda o melhoramento a raça humana, tanto que

O grande espetáculo é apresentado sob nossos olhos de um novo povo sendo gradualmente envolvido nos Estados Unidos por misturar as diferentes raças do mundo em variadas proporções. É de grande consequência para nós que o resultado final deva ser a evolução de um tipo mais nobre e altivo de homem na América, e não a deterioração da nação (Bell, 1908, p. 123, tradução livre).¹⁹

Com isso em mente, Bell, com sua declaração, confirma o que Foucault expõe sobre guerra racial e até mesmo a um racismo que progressivamente cria mais subdivisões de raças para afirmar sua superioridade, não apenas entre brancos e indígenas por exemplo, mas entre brancos também (Taylor, 2011, p. 751).

Para concluir, é de bom tom retornar aonde tudo iniciou, com o primeiro número da revista *National Geographic*, Gardiner G. Hubbard elaborou uma carta-manifesto para inaugurar o primeiro número do periódico e ao falar das

¹⁹No original: “The grand spectacle is presented to our eyes of a new people being gradually evolved in the United States by the mingling together of the different races of the world in varying proportions. It is of the greatest consequence to us that the final result should be the evolution of a higher and nobler type of man in America, and not the deterioration of the nation”.

investidas coloniais em outros territórios do mundo. Ele aponta que a “América se recusa a ser deixada de canto” (Hubbard, 1888, p. 7). Assim sendo, com essa pequena frase, o tom da revista é estabelecido, assim como reforça o que foi exposto até então. O sentimento de superioridade, sangue puro, predestinação e expansionismo são as principais peças do que se pode chamar de Estados Unidos da América.

Considerações finais

A discussão que abriu a argumentação foi a Independência das Treze Colônias pela perspectiva da revista *National Geographic* e, como a partir dela, o então território emancipado do poderio inglês começaria uma nova era rumo à Iluminação, liderada por um povo predestinado a grandes atos. Tendo isso em consideração, a revista, desde sua fundação em 1888, reuniu estudiosos das ciências naturais que passavam por uma querela da geografia em setores departamentais ao longo do país e aglutinou os ideais de uma nação, sendo eles a predestinação, o racismo científico e o expansionismo. Sendo eles parte da criação de uma consciência nacional, resultado direto do que Edward Said chamaria de “cultura imperial”.

Em um segundo momento, abordou-se em linhas gerais a relação entre Predestinação, a denominação anglo-saxã por parte dos colonos e o processo de Independência. Dessa forma, resgatando informações do uso do termo e como este chegou a terras estadunidenses. A seção seguinte e, última, foram destinadas para a relação entre o tópico anterior e como esse se aliou com o racismo científico e resultou na política de expansionismo e Destino Manifesto. Por último, analisa-se como a *National Geographic* incorporou tais temas em seus artigos e como eram indissociáveis uns dos outros a fim de formar uma nação baseada na “guerra de raças” abordada por Foucault.

Dessa maneira, é possível concluir que a revista não apenas retratou “O mundo e tudo que está nele é nosso tema” como algo leviano e sem intenções



concretas. Afinal, não apenas outros lugares do mundo foram abordados em suas páginas, mas também os próprios pilares da identidade estadunidense: predestinação, anglo-saxonismo e expansão. Logo, a *NG*, antes de tudo, sendo um veículo transmissão de informações geográficas, transmitiu o campo de batalha que é o espaço geográfico e como ele deveria ser dominado e remodelado à imagem anglo-saxã: por meio da subjugação de uns em detrimento de outro.

FONTES

BELL, Alexander. Graham. **A Few Thoughts Concerning Eugenics** Washington DC, v. 19, n. 2, p.119-123, fevereiro. 1908.

HUBBARD, Gardiner. Greene. **The effects of geographic environment in the development of civilization in primitive men.** Washington DC, v. 8, n. 6, p. 161-176, junho.1897.

HUBBARD, Gardiner. Greene. Introductory Address. *In The National Geographic Society.* Washington DC, v. 1, n. 1, p.4-10, 1888.

MC GEE, William. John. National Growth and National Character. **The National Geographic Magazine**, Washington D.C., v. 10, n. 6, p. 185-206, jun.1899.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** 3 ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

CROSBY, Alfred. W. **Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900.** 1 ed. São Paulo, Editora Schwarcz LTDA, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Os Corpos dóceis.** *In: Vigiar e Punir.* 20 ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. Aula de 21 de janeiro de 1976. *In: Em Defesa da Sociedade.* 1 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999. pp. 49-74.

HOQUET, Thierry. Biologization of Race and Racialization of the Human: Bernier, Buffon, Linnaeus. *In: BANCEL. N.; DAVID, T.; THOMAS, D. The Invention of Race: Scientific and Popular Representations.* 1 ed. New York: Routledge, 2014. p. 17-32.

HORSMAN, Reginald. **Race and Manifest Destiny: The Origins of the American Racial Anglo-Saxonism.** Massachusetts and London: Harvard University Press, 1981.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XIX.** 1 ed., São Paulo, Editora Contexto, 2007.

PANESE, Francesco. The Creation of the “Negro” at the Turn of the Nineteenth Century: Petrus Camper, Johann Friedrich Blumenbach, and Julien - Joseph



Virey. In: BANCEL. N.; DAVID, T.; THOMAS, D. **The Invention of Race: Scientific and Popular Representations**. 1 ed. New York: Routledge, 2014. pp. 48-59.

PAULY, Philip. J. **The World and All That is in it: The National Geographic Society, 1888 -1918**. *American Quarterly*, Baltimore, v. 31, n. 4, pp. 517-532, autumn 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2712270?seq=1>. Acesso em: 23 set. 2024.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. 1 ed. São Paulo; Companhia das Letras, 2011.

SCHULTEN, Susan. **The Making of the National Geographic: Science, Culture, and Expansionism**. *American Studies*, v. 41, n. 1, pp. 5 -29 ,spring 2000.

TAYLOR, Chloe. **Race and Racism in Foucault 's Collège de France Lecture**. *Philosophy Compass*. Nova Jersey, vol. 6, nº 11, 2011. Disponível em: https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1747-9991.2011.00443.x?casa_token=Kag7dFoevW8AAAAA%3AJcvAa2kfa3VkqVoq5Hrb3MxmhkWW6Np19bfSc6qjkoMia2yFQ2hXI7ZWCTOFD73Ogh7HTqmStjdjBLvW. Acesso em: 23 set. 2024.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América**. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes , 2005.